

PC-PE

POLÍCIA CIVIL DE
PERNAMBUCO

ESCRIVÃO DE POLÍCIA

- Legislação Estadual
- Noções de Direito Processual Penal
- Língua Portuguesa
- Informática
- Raciocínio Lógico
- Estatística
- Noções de Arquivologia
- Atualidades
- Noções de Direito Constitucional (On-line)
- Noções de Direito Administrativo (On-line)
- Noções de Direito Penal (On-line)



Conteúdo de acordo
com o último Edital
Legislação comentada
Questões gabaritadas
da banca CEBRASPE

Polícia Civil de Pernambuco

PC-PE

Escrivão de Polícia

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Escrivão de Polícia de acordo com o último edital, da Polícia Civil de Pernambuco - PC-PE.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Cebraspe, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Noções de Direito Constitucional, Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Penal disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	11
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ARTIGOS 101 A 105-B)	11
■ LEI Nº 6.425/1972 - ESTATUTO DO POLICIAL CIVIL	13
■ LEI Nº 6.123/1968 - ESTATUTO DO SERVIDOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO	21
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2008.....	42
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 317/2015.....	46
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	49
■ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	49
■ INQUÉRITO POLICIAL	54
■ PROVA	67
DO EXAME DE CORPO DE DELITO E DAS PERÍCIAS EM GERAL	71
DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO	82
DA CONFISSÃO	84
DO OFENDIDO	84
DAS TESTEMUNHAS	85
DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS.....	87
DA ACAREAÇÃO.....	87
DOS DOCUMENTOS	88
DOS INDÍCIOS	88
DA BUSCA E APREENSÃO	89
■ PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA	91
LEI Nº 7.960/1989 (PRISÃO TEMPORÁRIA)	105
MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO	106
■ JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (LEI Nº 9.099/1995)	114
■ INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (LEI Nº 12.830/2013)	133
■ DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO DIREITO PROCESSUAL PENAL	134

LÍNGUA PORTUGUESA.....	141
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	141
■ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	144
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	155
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	156
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	157
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	174
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO.....	176
REGÊNCIAS NOMINAL E VERBAL	187
CONCORDÂNCIAS NOMINAL E VERBAL	189
■ PONTUAÇÃO.....	195
■ COESÃO E COERÊNCIA.....	198
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	203
■ REDAÇÃO OFICIAL	205
INFORMÁTICA	247
■ SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS: FUNDAMENTOS DO WINDOWS – OPERAÇÕES COM JANELAS, MENUS, BARRA DE TAREFAS, ÁREA DE TRABALHO E WINDOWS EXPLORER.....	247
CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO WINDOWS: RESOLUÇÃO DA TELA, CORES, FONTES, IMPRESSORAS, APARÊNCIA, SEGUNDO PLANO, PROTETOR DE TELA.....	247
TRABALHO COM PASTAS E ARQUIVOS: LOCALIZAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS; MOVIMENTAÇÃO E CÓPIA DE ARQUIVOS E PASTAS; CRIAÇÃO E EXCLUSÃO DE ARQUIVOS E PASTAS	253
■ PROCESSADOR DE TEXTOS WORD: ÁREA DE TRABALHO, BARRAS DE FERRAMENTAS, BOTÕES E MENUS DO WORD	267
FORMATAÇÃO DE DOCUMENTOS: RECURSOS DE MARGENS, TABULAÇÃO, RECUO E ESPAÇAMENTO HORIZONTAL, ESPAÇAMENTO VERTICAL, FONTES, DESTAQUE (NEGRITO, SUBLINHADO, ITÁLICO, SUBSCRITO, SOBRESCRITO ETC.), ORGANIZAÇÃO DO TEXTO EM LISTAS E COLUNAS, TABELAS, ESTILOS E MODELOS, CABEÇALHOS E RODAPÉS E CONFIGURAÇÃO DE PÁGINA.....	267
■ PLANILHA ELETRÔNICA EXCEL: ÁREA DE TRABALHO, BARRAS DE FERRAMENTAS, BOTÕES E MENUS DO EXCEL, DESLOCAMENTO DO CURSOR NA PLANILHA, SELEÇÃO DE CÉLULAS, LINHAS E COLUNAS	279
INTRODUÇÃO DE NÚMEROS, TEXTOS, FÓRMULAS E DATAS NA PLANILHA, REFERÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA, PRINCIPAIS FUNÇÕES DO EXCEL (MATEMÁTICAS, ESTATÍSTICAS, DATA-HORA, FINANCEIRAS E DE TEXTO), FORMATAÇÃO DE PLANILHAS (NÚMERO, ALINHAMENTO, BORDA, FONTE, PADRÕES), EDIÇÃO DA PLANILHA (OPERAÇÕES DE COPIAR, COLAR, RECORTAR, LIMPAR, MARCAR ETC.) E CLASSIFICAÇÃO DE DADOS NAS PLANILHAS E GRÁFICOS	279

■ SOFTWARE DE APRESENTAÇÃO DO POWERPOINT: ÁREA DE TRABALHO, BARRAS DE FERRAMENTAS, BOTÕES E MENUS DO POWERPOINT	289
CRIAÇÃO DE APRESENTAÇÕES E INSERÇÃO DE SLIDES, ELEMENTOS DA TELA E MODOS DE VISUALIZAÇÃO, OBJETOS DE TEXTO (FORMATAR, MOVER, COPIAR E EXCLUIR OBJETOS), LISTAS NUMERADAS, LISTAS COM MARCADORES E OBJETOS DE DESENHO, USO DE TABELAS, GRÁFICOS, PLANILHAS E ORGANOGRAMAS, LAYOUT, ESQUEMA DE CORES, SEGUNDO PLANO E SLIDE MESTRE, MONTAGEM DE SLIDES ANIMADOS E INTEGRAÇÃO COM WORD E EXCEL	289
■ REDES DE COMPUTADORES	296
■ CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET, GRUPOS DE DISCUSSÃO, REDES SOCIAIS, PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO E SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET	309
■ COMPUTAÇÃO NA NUVEM, ARMAZENAMENTO DE DADOS NA NUVEM E CONCEITOS DE SEGURANÇA: PROCEDIMENTOS E SEGURANÇA DE ACESSOS, PROGRAMAS MALICIOSOS, FERRAMENTAS ANTIVÍRUS E CRIPTOGRAFIA.....	325
■ DEEP WEB E DARK WEB.....	346
■ CORREIO ELETRÔNICO: ENDEREÇOS, UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TÍPICOS.....	348
■ PROCEDIMENTOS DE BACKUP.....	352
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	363
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS	363
NÚMEROS INTEIROS	363
RACIONAIS.....	365
REAIS	369
■ SISTEMA LEGAL DE MEDIDAS.....	369
■ RAZÕES E PROPORÇÕES	372
DIVISÃO PROPORCIONAL.....	374
REGRAS DE TRÊS SIMPLES	376
REGRAS DE TRÊS COMPOSTA	378
PORCENTAGENS	380
■ EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DE 1º E DE 2º GRAUS.....	382
Sistemas Lineares.....	390
■ FUNÇÕES E GRÁFICOS	392
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE	408
■ PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E GEOMÉTRICAS	417

■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	420
COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS	420
PROPOSIÇÕES SIMPLES	421
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	424
TABELAS-VERDADE	426
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: ANALOGIAS, INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES.....	430
■ EQUIVALÊNCIAS	431
LEIS DE MORGAN	436
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	439
■ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM.....	443
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	447
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	455
ESTATÍSTICA	475
■ ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS	475
GRÁFICOS E DIAGRAMAS.....	475
TABELAS	477
MEDIDAS DESCRITIVAS (POSIÇÃO, DISPERSÃO, ASSIMETRIA E CURTOSE)	479
■ PROBABILIDADE	488
DEFINIÇÕES BÁSICAS E AXIOMAS	488
PROBABILIDADE CONDICIONAL E INDEPENDÊNCIA	489
■ TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM	489
AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES	489
SISTEMÁTICA	489
ESTRATIFICADA	489
POR CONGLOMERADOS.....	489
TAMANHO AMOSTRAL	489

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA.....	495
■ ARQUIVÍSTICA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS	495
■ LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	504
■ FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	506
■ SISTEMAS E REDES DE ARQUIVO	508
■ GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE DOCUMENTOS; IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.....	509
Classificação de Documentos de Arquivo.....	512
Ordenação de Documentos de Arquivo.....	513
Arquivamento.....	513
AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	520
Descrição.....	526
■ PROTOCOLO	526
RECEBIMENTO.....	527
REGISTRO.....	527
DISTRIBUIÇÃO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS	528
TRAMITAÇÃO.....	529
■ PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	529
■ ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	536
■ ANÁLISE TIPOLOGICA DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	536
■ POLÍTICAS DE ACESSO AOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO	537
■ SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS.....	540
REQUISITOS.....	540
■ DOCUMENTOS DIGITAIS	541
■ METADADOS.....	542
■ MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	551
ATUALIDADES.....	557
■ TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	557

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ARTIGOS 101 A 105-B)

SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 101 A *Segurança Pública*, *dever* do Estado, *direito* e *responsabilidade* de todos, é exercida para preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e asseguramento da liberdade e das garantias individuais através dos seguintes órgãos permanentes:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Corpo de Bombeiros Militar.

IV - Polícia Penal, vinculada ao órgão administrador do sistema penal.

V - Guardas Municipais.

VI - os órgãos e entidades executivos de trânsito responsáveis pela segurança viária.

Na CF, de 1988, a prestação da **segurança pública** está prevista no art. 144, sendo um dos deveres do Estado brasileiro. Por essa razão, a Constituição Federal disciplina os órgãos encarregados da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, quais sejam:

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Polícia Ferroviária Federal;
- Polícias Cíveis;
- Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;
- Polícias Penais federal, estaduais e distrital.

Repetindo a norma constitucional, o art. 101, da CE, estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Ela é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

No entanto, se na CF, são seis os órgãos de Segurança Pública, na CE, são também seis, mas com composição diferente: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Penal, as Guardas Municipais e os órgãos e entidades executivos de trânsito responsáveis pela segurança viária (incisos I, II, III, IV, V e VI, art. 101, da CE). Em termos gerais, enquanto competem à Polícia Civil as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as infrações militares, ou seja, investigar as infrações penais (crimes e contravenções) após a sua ocorrência, cabe à Polícia Militar a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, isto é, atuar preventivamente (ostensivamente), para que as infrações penais não ocorram. Já aos Corpos de Bombeiros Militares compete a execução de atividades de defesa civil e à Polícia Penal incumbe a segurança dos estabelecimentos penais (art. 144, da CF, de 1988). Por fim, às Guardas

Municipais cabe a proteção dos bens, serviços e instalações dos Municípios (§ 8º, art. 144, da CF, de 1988), e aos órgãos e entidades executivos de trânsito compete a segurança viária (§ 10, art. 144, da CF, de 1988).

As regras estaduais serão analisadas a seguir:

Art. 101 [...]

§ 1º As **atividades de Segurança Pública** serão organizadas em sistema, na forma da lei.

O § 1º estabelece que cada órgão deve ter suas atividades fixadas em lei.

Importante!

No caso da Polícia Penal, tem-se a Lei Complementar nº 442, de 2020, e o Decreto nº 50.644, de 2021.

Art. 101 [...]

§ 2º Cabe ao **Governador do Estado**, assessorado por um Conselho de Defesa Social, o **estabelecimento da Política de defesa social e a coordenação** das ações de Segurança Pública.

De acordo com o § 2º, compete ao Governador estabelecer as regras acerca da política de defesa social e de Segurança Pública. Para desempenhar tal tarefa, o Governador conta com o assessoramento do Conselho de Defesa Social. Observa-se, no entanto, que o papel do Governador não se restringe apenas ao estabelecimento das normas, mas também à nomeação dos responsáveis pelos órgãos.

Art. 102 A *Polícia Civil*, a *Polícia Militar* e o *Corpo de Bombeiros Militar*, integrantes da **Secretaria de Estado** responsável pela defesa social, e a **Polícia Penal**, vinculada ao órgão administrador do sistema penal, regular-se-ão por estatutos próprios que estabelecerão a organização, garantias, direitos e deveres de seus integrantes, estruturando-os em carreira, tendo por princípio a hierarquia e a disciplina.

O art. 102, da CE, estabelece que as atividades de **segurança pública da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar** serão concentradas num único órgão de administração, de modo a garantir sua eficiência. Trata-se da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. A Polícia Penal, por sua vez, estará vinculada ao órgão administrador do sistema penal.

Diante disso, conclui-se que esses são órgãos que devem seguir os ditames da hierarquia e disciplina.

A organização e funcionamento dos órgãos encarregados da segurança pública são estabelecidos em lei. Além disso, além dos cursos de formação, esses órgãos deverão realizar, periodicamente, a reciclagem, com o objetivo de aperfeiçoar, avaliar e manter a progressão funcional dos seus servidores.

Art. 103 À *Polícia Civil*, dirigida por **Delegado de Polícia**, ocupante do último nível da carreira, incumbem, privativamente, ressaltada a competência da União:

I - as funções de **Polícia Judiciária** e a **apuração de infrações penais, exceto as militares**;

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS

O Código de Processo Penal (CPP) inicia-se dispondo quanto à aplicação da norma processual penal (tanto em relação ao tempo quanto ao espaço e às pessoas). Os dispositivos iniciais foram embasados em alguns princípios. Vejamos:

Art. 1º O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, **ressalvados**:

I - os tratados, as convenções e regras de direito internacional;

II - as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade;

III - os processos da competência da Justiça Militar;

IV - os processos da competência do tribunal especial

V - os processos por crimes de imprensa.

Parágrafo único. Aplicar-se-á, entretanto, este Código aos processos referidos nos n.ºs. IV e V, quando as leis especiais que os regulam não dispuserem de modo diverso.

Logo no primeiro dispositivo do código, observamos o princípio da **territorialidade**, visto que o *caput*, do diploma legal, prevê sua aplicação em todo o território brasileiro. Contudo, tal princípio é aplicado de forma relativa ou — em termo mais usual pela doutrina — de forma mitigada.

A mitigação do princípio da territorialidade estampado no *caput*, do art. 1º, se dá justamente em face da previsão da ressalva e da enumeração de suas hipóteses em seus incisos.

Dica

A Lei de Imprensa, que trataria sobre hipóteses elencadas no inciso V, não foi recepcionada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Já o art. 2º nos traz o princípio da imediatidade, ou *tempus regit actum*, que diz respeito à aplicação **imediatamente** desde a entrada em **vigência** da norma processual. Cabe destacar que é indispensável o isolamento dos atos processuais para que seja possível tal disposição, sendo que, assim, distingue-se cada ato que já foi efetivamente praticado.

Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á **desde logo**, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Imaginemos, portanto, que, ao final do curso de uma ação penal, o prazo estabelecido para responder à acusação passe de 10 dias para 15 dias. A mudança na legislação que diz respeito ao procedimento é insignificante para aquela ação, tendo em vista que a previsão diz respeito a um ato que deve ser praticado no começo do procedimento; já em sentido contrário, será aplicada desde logo às ações que estejam por passar por aquela fase, mesmo que seja referente a fato anterior à sua vigência.

Veja que a lei processual penal pode ser aplicada para regular procedimentos relativos a fatos que aconteceram antes da sua vigência. Já a lei penal, em regra, aplicar-se-á a fatos que ocorrem após a sua vigência.

Atente ao art. 3º, que geralmente é cobrado em sua literalidade. As questões que o envolvem costumam confundir muitos candidatos por trocarem o termo “aplicação analógica” por “analogia”. O primeiro termo diferencia-se do segundo, já que diz respeito a uma forma de interpretação, enquanto o outro, ao preenchimento de lacunas (ausência de normas).

Art. 3º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e **aplicação analógica**, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Em 2019, a Lei nº 13.964, denominada de “Pacote Anticrime”, incluiu uma série de artigos que possuíam o objetivo de tornar mais efetivo o combate ao crime organizado, à criminalidade violenta e à corrupção. Desta forma, houve a mudança de diversos artigos do Código Penal e de Processo Penal, bem como de várias leis especiais esparsas, tais como a Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.702, de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), a Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento), dentre outras.

Sendo assim, com a inclusão do art. 3º-A no Código de Processo Penal, depois de mais de 30 anos de vigor da Constituição Federal (CF), foi possível instituir o caráter acusatório ao processo penal brasileiro. A doutrina, para tanto, distingue o sistema processual inquisitório do modelo acusatório pelo título atribuído ao órgão de acusação. De forma resumida, o sistema acusatório é aquele que não objetificará o acusado, tornando este um sujeito de direitos e deveres que deve responder ao seu crime, se comprovada sua culpabilidade, de uma maneira igualitária, garantindo o contraditório e a ampla defesa e respeitando o devido processo legal.

Art. 3º-A O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.

Em continuidade, a respeito do art. 3º-A, há a introdução da noção de estrutura acusatória no processo penal e estabelecimento de duas proibições relacionadas à atuação do juiz na fase de investigação e à substituição da atividade probatória do órgão de acusação. Isto significa que o juiz deve assumir uma posição imparcial e neutra no processo penal, de forma que

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

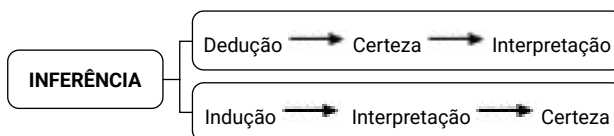
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

INFORMÁTICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS: FUNDAMENTOS DO WINDOWS – OPERAÇÕES COM JANELAS, MENUS, BARRA DE TAREFAS, ÁREA DE TRABALHO E WINDOWS EXPLORER

CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO WINDOWS: RESOLUÇÃO DA TELA, CORES, FONTES, IMPRESSORAS, APARÊNCIA, SEGUNDO PLANO, PROTETOR DE TELA

O sistema operacional Windows 11 foi desenvolvido pela Microsoft para computadores pessoais (PC) e lançado oficialmente em 2021.

A maioria das características foi mantida por questões de compatibilidade com as versões anteriores, como os caracteres não permitidos nos nomes de arquivos e pastas. Os atalhos de teclado também foram mantidos, com a adição de novos recursos e alterações pontuais.

Algumas das principais novidades incluem:

- **Design renovado:** o Windows 11 apresenta um design mais moderno e elegante, com cantos arredondados e transparências. O menu **Iniciar** foi reposicionado ao centro da barra de tarefas e, agora, inclui ícones de aplicativos recomendados;
- **Novo recurso Snap Layouts:** o Snap Layouts permite que as várias janelas abertas sejam organizadas em leiautes predefinidos, facilitando a multitarefa. Esta funcionalidade é válida para múltiplos monitores, permitindo “memorizar” o posicionamento das janelas ao desconectar e conectar novamente a segunda tela. É possível escolher entre vários leiautes diferentes, como lado a lado, quadrado ou vertical, para organizar as janelas abertas. Além disso, o Windows 11 apresenta um novo recurso chamado *Snap Groups*, que permite que se salve e restaure grupos de aplicativos abertos em um determinado momento;
- **Microsoft Teams integrado:** o Windows 11 inclui o Microsoft Teams, permitindo que se faça chamadas de vídeo e áudio diretamente no sistema operacional. Esta integração possibilita acesso rápido aos recursos de videochamadas e videoconferência do Microsoft Teams;
- **Widgets:** o Windows apresenta uma nova área de *widgets* (bugigangas ou ferramentas) que pode ser personalizada para exibir informações relevantes, como notícias, clima e calendário. Os *widgets* são personalizáveis e podem ser redimensionados ou movidos. Atalho de teclado: Windows + W;
- **Desempenho aprimorado:** o Windows 11 foi projetado para ser mais rápido e eficiente do que o Windows 10, com melhorias no desempenho da CPU (processador), GPU (processador gráfico) e memória;

- **Controle de aplicativo inteligente:** é um recurso que

[...] adiciona proteção significativa contra ameaças novas e emergentes bloqueando aplicativos mal-intencionados ou não confiáveis. O Controle de Aplicativo Inteligente também ajuda a bloquear aplicativos potencialmente indesejados, que são aplicativos que podem fazer com que seu dispositivo seja executado lentamente, exibir anúncios inesperados, oferecer software extra que você não queria ou fazer outras coisas que você não espera. (Microsoft)

O Controle de Aplicativo Inteligente opera junto ao software de segurança Microsoft Defender. Para acessar as configurações do Controle de Aplicativo Inteligente, você pode acessar Configurações e, em seguida, Segurança do Windows;

- **PDE (Personal Data Encryption):** um recurso que permite criptografar arquivos e pastas no Windows 11. Ele protege os dados pessoais contra acesso não autorizado, garantindo que apenas o dono ou proprietário possa acessá-los;
- **Segurança aprimorada:** recursos como o TPM 2.0 e o Secure Boot protegem contra ameaças e invasões.

Em concursos públicos, as novas tecnologias e suportes avançados são raramente questionados. As questões aplicadas nas provas envolvem os conceitos básicos e o modo de operação do sistema operacional em um dispositivo computacional padrão (ou tradicional).

O sistema operacional Windows é um software proprietário, ou seja, não tem o núcleo (*kernel*) disponível e o usuário precisa adquirir uma licença de uso da Microsoft.

CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS

No Windows 11, os diretórios são chamados de pastas, e algumas delas são consideradas especiais, pois contêm coleções de arquivos denominadas Bibliotecas.

Ao todo, são **quatro** Bibliotecas: Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos. O usuário poderá criar Bibliotecas para sua organização pessoal, uma vez que elas otimizam a organização dos arquivos e pastas, inserindo apenas ligações para os itens em seus locais originais.

RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo **N*** para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “n” é o número “n+1”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “n” é o número “n-1”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, (n - 1, n e n+1) são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

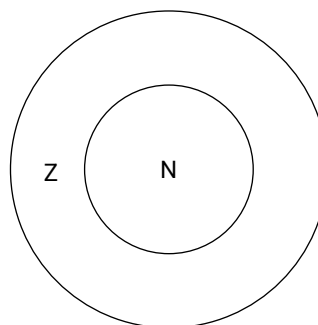
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

NÚMEROS INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$$Z = \{\dots -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos (Z^+)** = $\{0, 1, 2, 3, \dots\}$. Veja que estes são os números naturais;
- **Números inteiros não positivos (Z^-)** = $\{\dots -3, -2, -1, 0\}$. Veja que o zero também faz parte deste conjunto, pois ele não é positivo nem negativo;

ESTATÍSTICA

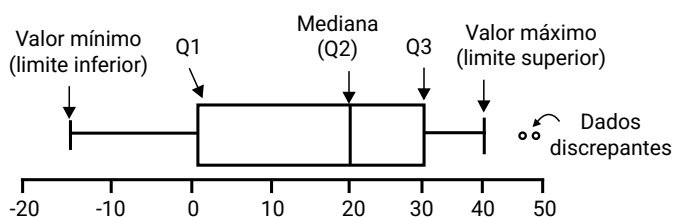
ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS

GRÁFICOS E DIAGRAMAS

Para representar os dados coletados existem vários tipos de gráficos usados na estatística. Muitos deles são conhecidos e sempre aparecem em reportagens, jornais etc. Vamos mostrar alguns dos principais tipos de gráficos:

Caixa Box Plot

A caixa Box Plot (tema muito cobrado) é um gráfico que mostra a distribuição de frequência e é formado pelos quartis e pelos valores extremos.



Vemos que a caixa é formada pelos 3 quartis, que, no caso, seriam aproximadamente: $Q1 = 0$, $Q2 = 20$ e $Q3 = 30$. Os dados extremos seriam aproximadamente -15 e 40 , portanto a amplitude seria: $40 - (-15) = 40 + 15 = 55$.

As duas bolinhas significam dados discrepantes (*outliers*), que seriam dados que fogem do padrão do restante dos dados. Os dados discrepantes são aqueles que superam em 1,5 vezes o intervalo interquartilico (diferença entre $Q3$ e $Q1$).

No nosso exemplo:

$$Q3 - Q1 = 30 - 0 = 30$$

$$1,5 \cdot 30 = 45$$

Os dados discrepantes serão aqueles que forem inferiores a 45 unidades de $Q1$, ou superiores a 45 unidades de $Q3$.

$$\text{Limite inferior: } 0 - 45 = -45$$

$$\text{Limite superior: } 30 + 45 = 75$$

Portanto, serão dados discrepantes os que tiverem valores inferiores a -45 ou os superiores a 75 .

Gráfico de Barras e Colunas

Esses dois tipos de gráficos na verdade são basicamente o mesmo; a diferença é que, no gráfico de barras, as barras/colunas são horizontais, e, no gráfico de colunas, as barras/colunas são verticais. Normalmente, esses gráficos são usados para representar dados qualitativos ordinais e quantitativos discretos.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

ARQUIVÍSTICA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS

INFORMAÇÃO, SUPORTE, FORMATO E DOCUMENTO

Antes de entrarmos na definição de arquivo propriamente dito, é necessário saber alguns conceitos fundamentais.

Informação é o “*elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento*” (Arquivo Nacional, 2005, p. 107). Portanto, informação é todo conhecimento ou concepção presente em um documento — como uma receita anotada em papel, um arquivo em PDF ou os dados contidos em um ingresso de cinema, entre outros exemplos.

Suporte é o “*material no qual são registradas as informações*” (Arquivo Nacional, 2005, p. 159). Ou seja, o suporte corresponde ao material em que as informações estão sendo registradas.

SUPORTES	
3.500 a.C. a 500 a.C.	Antes do papel: ossos, fibras, peles, barro
105 a.C. até hoje	Era do papel
1930 a 1960	Era do computador
1997 até os dias atuais	Era das mídias móveis

Alguns exemplos de suporte são: papel, fita magnética, filme de nitrato, acetato, disco óptico, disco magnético, filme, CD, DVD, disquete, fotolitos, pen drive e cartões de memória. Temos, por exemplo, músicas armazenadas em pen drives, assim como filmes gravados em DVDs.

Formato é o “*conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura de informação e conteúdo de um documento*” (Arquivo Nacional, 2005, p. 94). O formato relaciona-se com a forma de apresentação de uma informação, de acordo com a configuração física do suporte, a natureza e a forma de confecção.

Por exemplo, uma correspondência está no suporte papel e no formato de envelope. Este documento que você está lendo pode ser encontrado no formato apostila ou PDF, mas também poderia estar nos formatos Word, Excel etc.

Alguns exemplos de formato são: diapositivo, mapa, planta, rolo de filme, fichas, códice, livro e envelope.

Documento é toda unidade de registro de informações, independentemente do suporte ou formato, passível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, por comprovar fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos humanos em um determinado período ou local (Arquivo Nacional, 2005, p. 73).

Dica

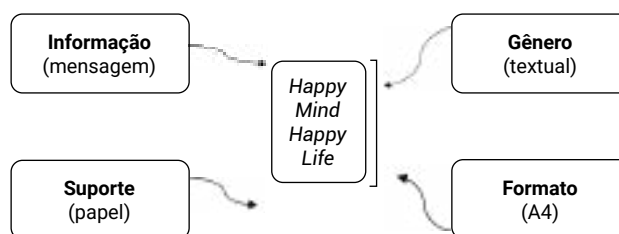
A fórmula do documento é: documento = informação + (qualquer) suporte ou formato.

Para ser considerado um documento, é necessário conter todos esses elementos. Qualquer informação registrada em um suporte e em um formato é um documento — até mesmo uma frase gravada em uma pedra pode ser classificada dessa forma.

Para ilustrar, pensemos em uma folha A4 com um texto:

- ela contém informações? Sim, pois há palavras escritas que transmitem uma ideia.
- ela tem suporte? Sim, pois está impressa, ou seja, utiliza o suporte papel.
- ela apresenta formato? Sim, o formato é a própria folha A4, que se refere à maneira como o documento se apresenta fisicamente — com dimensões específicas (29,7 cm x 21 cm), gramatura, espessura etc.

Informação, suporte, formato, gênero, espécie e documento



DOCUMENTO DIGITAL E PROCESSOS

Preliminarmente, cumpre destacar que a gestão documental se refere ao conjunto de procedimentos e técnicas que tem como objetivo a produção, acesso, classificação, arquivamento e preservação dos documentos de uma determinada instituição, seja esta pública ou privada.

Dessa forma, a gestão documental busca tanto garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados pela referida instituição como também assegurar os direitos e deveres da sociedade.

Nesse sentido, com o avanço da tecnologia e a crescente busca por garantir um serviço eficiente e ágil, os documentos em formatos digitais têm ganhado espaço, visando tanto à agilização da busca quanto ao acesso e à recuperação das informações.

Assim, podemos definir documento digital como todo aquele que é gerado, armazenado e tratado em formato eletrônico, tais como textos, imagens, vídeos e sons.

Os documentos digitais, além de reduzirem os custos com materiais e mão de obra, também otimizam os espaços físicos, refletindo positivamente na preservação ambiental, ao diminuir o consumo de papel.

ATUALIDADES

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O RETRATO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL: ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2026

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é a publicação anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que consolida os registros das secretarias estaduais de segurança, das polícias e do sistema prisional. A 20ª edição, divulgada em 23 de julho de 2026, reúne os dados de 2025 e se tornou a principal referência para medir a evolução da criminalidade no país.

O indicador central do Anuário é o de mortes violentas intencionais (MVI), que soma os homicídios dolosos, os feminicídios, os latrocínios, as lesões corporais seguidas de morte, as mortes decorrentes de intervenção policial e os policiais assassinados. A escolha desse agregado evita que diferenças de classificação entre os estados escondam mortes, porque um mesmo fato pode ser registrado de forma distinta conforme a unidade da Federação.

Em 2025, o Brasil registrou 40.775 mortes violentas intencionais, o equivalente a 19,1 por 100 mil habitantes. A taxa ficou abaixo de 20 pela primeira vez desde o início da série, em 2012, e representa queda de 8,2% em relação a 2024, quando haviam sido contabilizadas 44.127 mortes. Desde 2012, a redução acumulada chega a cerca de 31%.

A queda foi puxada pelos homicídios dolosos, que somaram 32.914 casos e recuaram 10%, com taxa de 15,4 por 100 mil habitantes. Os latrocínios caíram 17%, chegando a 807 vítimas, e as lesões corporais seguidas de morte diminuíram 15,2%. Os roubos também recuaram em todas as modalidades acompanhadas pelo Anuário, o que indica redução simultânea da violência letal e da violência patrimonial.

A tendência de queda convive com dois indicadores em alta, pois as mortes decorrentes de intervenção policial chegaram a 6.602 em 2025, alta de 5,4% e maior patamar de letalidade policial em 14 anos, e os feminicídios atingiram 1.571 vítimas, recorde da série histórica. Já os policiais mortos em serviço somaram 139, número 3,5% inferior ao de 2024.

O perfil das vítimas repete o padrão observado ao longo da série, com homens representando 90% das vítimas de mortes violentas intencionais e 99,3% das mortes por intervenção policial, e pessoas negras correspondendo a 79,7% das vítimas de MVI e a 82% das mortes provocadas pela polícia. A concentração em jovens também se mantém, com 36% das mortes por intervenção policial atingindo pessoas de 18 a 24 anos.

A distribuição territorial da violência é desigual, e as regiões Nordeste e Norte apresentam as maiores taxas, com 31,6 e 25,3 mortes por 100 mil habitantes, respectivamente, bem acima da média nacional. Mesmo com a queda geral, sete unidades da Federação

registraram aumento em 2025, com destaque para Rio Grande do Norte (+19,6%), Rondônia (+7,5%) e Acre (+6,3%), seguidos de Roraima, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

Atenção! A taxa por 100 mil habitantes é a medida adequada para comparar estados e períodos, pois neutraliza a diferença de tamanho das populações. Um estado populoso pode ter mais mortes em números absolutos e, ainda assim, apresentar taxa menor que a de um estado pequeno.

INDICADOR (2025)	NÚMERO	VARIAÇÃO SOBRE 2024
Mortes violentas intencionais	40.775 (19,1 por 100 mil)	Queda de 8,2%
Homicídios dolosos	32.914 (15,4 por 100 mil)	Queda de 10%
Latrocínios	807	Queda de 17%
Mortes por intervenção policial	6.602	Alta de 5,4%
Feminicídios	1.571 (1,4 por 100 mil mulheres)	Alta de 4% (recorde)
Policiais mortos em serviço	139	Queda de 3,5%

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA E A PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) foi instituído pela Lei nº 13.675, de 2018, que também criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). A lei parte da constatação de que polícias federais, estaduais e guardas municipais atuavam de forma isolada e busca integrar esses órgãos por meio de planejamento comum, compartilhamento de informações e metas pactuadas entre os entes federativos.

O SUSP tem como órgão central o Ministério da Justiça e Segurança Pública e reúne, como integrantes operacionais, as polícias Federal, Rodoviária Federal, civis, militares e penais, os corpos de bombeiros militares, as guardas municipais, os institutos oficiais de perícia e outros órgãos previstos na lei. A integração não suprime a autonomia de cada instituição, mas condiciona o repasse de recursos federais à adesão a padrões comuns de gestão e de produção de dados.

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, atualizado pelo Decreto nº 10.822, de 2021, dá forma prática à política nacional. O plano tem duração de dez anos, é executado em ciclos de implementação de dois anos e fixa 13 metas, entre elas a redução das mortes violentas, da violência contra a mulher e das mortes de profissionais de segurança, além da valorização desses profissionais.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, foi apresentada pelo Poder Executivo em abril de 2025 com o objetivo de levar ao texto constitucional as diretrizes do SUSP. A Câmara dos Deputados aprovou a proposta em março de 2026 e a enviou ao Senado

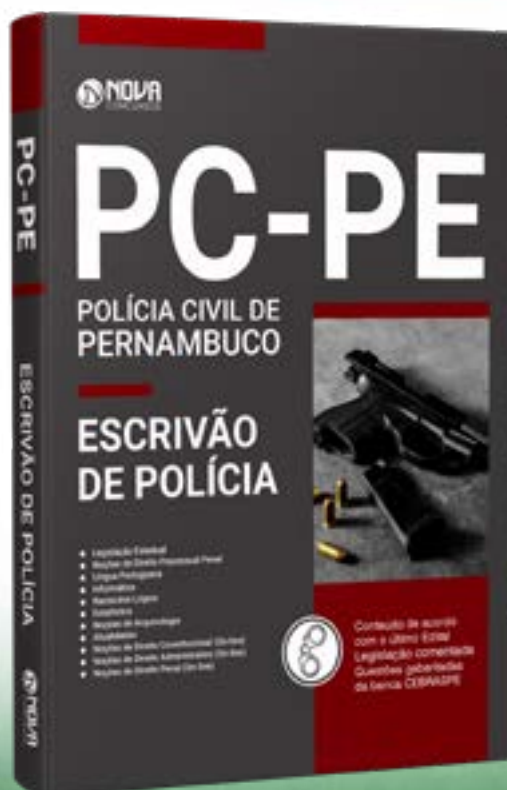
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO